

Mudanças nas atividades agrícolas tradicionais de populações quilombolas em áreas de mata atlântica do Vale Do Ribeira, SP.

Pedroso-Jr., N. N.^{1,3}, Murrieta, R. S. S.³, Silva, H. A.³, Tonial, E. S.³, Taqueda, C. S.³, Palm, L.³, Silva, P. R. D., Adams, C.², Mingroni-Netto, R. C.³

¹Departamento de Ecologia, Instituto de Biociências, USP ² Escola de Artes, Ciências e Humanidades – USP Leste ³ Departamento de Genética e Biologia Evolutiva, IB, USP.

E-mail para correspondência: nelsonnovaes@uol.com.br

Este estudo tem como objetivo a descrição e análise preliminar dos padrões demográficos e sócio-econômicos de populações quilombolas do Vale do Ribeira, com ênfase na agricultura de corte-e-queima e nos fatores que atualmente estão alterando sua frequência e os padrões que a caracterizam. Este levantamento é parte de um projeto mais abrangente que visa descrever, caracterizar e analisar as práticas agrícolas, a diversidade inter e intraespecífica de itens cultivados, sua articulação com o capital social das populações quilombolas e seu papel na formação e manutenção da Mata Atlântica local. O Vale do Ribeira, no sudeste do Estado de São Paulo, abriga uma parcela expressiva de remanescentes de Mata Atlântica brasileira, grande parte protegida na forma de Unidades de Conservação. Concomitantemente, a região é considerada a menos desenvolvida economicamente e a menos povoada do Estado, abrigando muitas populações tradicionais que vivem basicamente da agricultura de subsistência, do extrativismo e do pequeno comércio. É nesta região também que está localizado o maior número de comunidades remanescentes de quilombos do Estado. Sua estrutura produtiva é centrada na agricultura de corte-e-queima, prática esta baseada na rotatividade de áreas de cultivo que é dependente de áreas florestadas, bem como de diferentes estágios de sucessão (pousio) (Conklin, 1961, Fox *et al*, 2000). Essa atividade assegura os produtos agrícolas básicos para o consumo familiar, e a comercialização de uma pequena parte de sua produção com o fim de suplementar a renda familiar. Segundo Andrade *et al.* (2000), até o início do século XX a vida das comunidades quilombolas do Vale permaneceu praticamente inalterada. A partir de 1930 começaram a surgir algumas intervenções que vieram influenciar estruturalmente o modo de vida dessas comunidades, como a introdução do cultivo da banana na região e a extração do palmito juçara (*Euterpe edulis*). Tais atividades alteraram significativamente a sócio-economia das comunidades, já que muitas famílias abandonaram seus roçados, dedicando-se quase que exclusivamente a essas atividades com a finalidade principal de comercialização (Carril, 1995). A partir da década de 70, a criação de uma série de Unidades de Conservação na região teve, entre outros objetivos, o intuito de minimizar a extração ilegal do palmito. Algumas práticas rotineiras e tradicionais, como a agricultura de coivara, passaram então a ser restringidas, podendo ser realizadas somente mediante licença ambiental (Biangione e Berlanga, 1999). Essas restrições de uso do solo, associadas a fatores como a urbanização, a intensificação da economia de mercado e o aumento de renda proveniente de trabalhos assalariados, podem estar forçando muitas dessas populações a uma reorganização social do trabalho agrícola, que podem potencialmente culminar em mudanças nas práticas de cultivo e erosão do capital social familiar. Essas mudanças podem interferir diretamente na dinâmica da paisagem, pois estarão alterando muitos parâmetros relacionados às práticas agrícolas, tais como os períodos de cultivo e pousio, a proporção anual de terra desmatada para cultivo, e a distribuição espacial dessas áreas cultivadas. A redução dos períodos de cultivo e pousio pode causar uma série de impactos negativos, como o declínio da fertilidade do solo e a redução de áreas de florestas e, assim, comprometer a sustentabilidade local (Metzger, 2002). Outra consequência pode advir da diminuição da diversidade de espécies e variedades cultivadas em função do colapso das redes de troca e reciprocidade nativas, comprometendo, potencialmente, a manutenção do sistema agrícola em questão. Assim, compreender essa dinâmica é um passo imprescindível para se pensar em estratégias viáveis de conservação ambiental e segurança alimentar para a região. A coleta dos dados está sendo realizada em cinco das 21 comunidades da região: Maria Rosa, São Pedro, Galvão, Ivaporunduva e André Lopes. Até o momento, foi possível a conclusão da primeira etapa de coleta de dados, representada pelo censo demográfico e diagnóstico sócio-econômico realizado mediante a aplicação de questionários estruturados em todas as unidades domésticas das cinco comunidades. Esses permitiram a obtenção de dados censitários básicos e informações acerca dos meios de renda e subsistência dos moradores, com ênfase na agricultura tradicional. Com base nesses resultados, serão escolhidas algumas unidades domésticas que comporão a amostra da segunda etapa da coleta de dados, quando serão aplicados métodos etnográficos, para a caracterização da dinâmica agrícola local, e métodos fitossociológicos, para a quantificação de espécies e variedades cultivadas. Até o momento, é possível estabelecer algumas análises preliminares que subsidiarão a etapa seguinte de coleta de dados, mais voltada para a agricultura conforme explicitado acima. São Pedro e Galvão são comunidades próximas e até pouco tempo atrás eram

consideradas um bairro só, estão relativamente afastadas da estrada e vivem basicamente da agricultura de subsistência. Maria Rosa é a de acesso mais difícil e vêm presenciando uma diminuição de sua população, o que poderia caracterizá-la como uma comunidade em extinção. Por outro lado, André Lopes está à beira da estrada e próxima à Caverna do Diabo, importante atração turística da região. Já Ivaporunduva é um pouco mais afastada, mas é alvo de projetos-piloto executados por organizações governamentais e não-governamentais, principalmente voltados à produção e ao comércio de banana orgânica. Em André Lopes, cerca de 19% das famílias não exercem mais atividades agrícolas, enquanto que as demais possuem média de 4% de famílias nessa situação. Uma explicação razoável para essa diferença pode ser dada mediante a análise da renda familiar, já que em André Lopes cerca de 66 % das famílias obtém a sua renda principalmente através do recebimento de pensões e aposentadorias, do comércio de beira de estrada e serviços ligados ao turismo, fato que aponta também para a influência da proximidade da estrada e das atividades turísticas da Caverna do Diabo como geradores de fontes extras de renda. Não obstante, a produção e a venda da banana, também facilitada pela proximidade da estrada, é fonte de renda para cerca de 19% das famílias de André Lopes. Nas outras quatro comunidades a média de famílias que possuem membros que recebem aposentadoria ou salário não chega a 45%. Por outro lado, Ivaporunduva possui cerca de 70% de suas famílias obtendo pelo menos parte de sua renda através da venda de produtos agrícolas, e, dessas, 83% produzindo e vendendo basicamente banana. Para melhor dimensionar a influência da produção de banana nas famílias de Ivaporunduva, vale ressaltar que cerca de 54% das unidades domésticas da comunidade investem mais esforço nesse cultivo do que na produção de cultivos tradicionais para sua subsistência. Por outro lado, as famílias de Galvão e de São Pedro dependem basicamente da agricultura de subsistência, assim como Maria Rosa, que difere das primeiras por exercer pequeno comércio local através da venda esporádica do excedente da produção anual de feijão. As famílias de São Pedro e Galvão não dependem do comércio de produtos agrícolas como as de Ivaporunduva, nem possuem um contingente alto de assalariados e comerciantes como em André Lopes, o que força as mesmas a complementarem sua renda através do extrativismo vegetal. Cerca de 40 % das famílias possuem um dos seus membros envolvidos nessa atividade, ao passo que em Ivaporunduva esse valor não atinge 20 % e em André Lopes a média encontrada foi de apenas 7%. De modo geral, a agricultura é a principal fonte de subsistência para as comunidades quilombolas estudadas, e as espécies agrícolas mais importantes nas roças são, em ordem decrescente de frequência de ocorrência, a banana, o feijão, a mandioca, o milho, o arroz, o cará, a batata-doce e hortaliças em geral. No entanto, a variedade de espécies cultivadas em André Lopes e Ivaporunduva é menor que nas demais comunidades estudadas, que acabam privilegiando, principalmente na última, o cultivo da banana para obtenção de renda. Para sua subsistência, ambas concentram seus esforços no plantio da mandioca, do milho, do arroz e do feijão, complementando sua dieta com produtos industrializados. Embora os dados coletados até agora sejam preliminares, é possível verificar que fatores como aumento de renda, proximidade de estradas e pressão de mercado, influenciam diretamente nos padrões de subsistência dos quilombolas. Ao assumir como hipótese que a intensidade com que aspectos políticos, sócio-econômicos e ambientais vêm interferindo na organização social e nos processos de tomada de decisão sobre as atividades agrícolas tradicionais pode provocar uma diminuição da diversidade de itens cultivados e técnicas de cultivo, é possível inferir que essas mudanças podem comprometer a resiliência sócio-ambiental. Assim, nessa segunda etapa, será dada ênfase ao trabalho agrícola e à diversidade inter e intraespecífica de cultivos, o que possibilitará um entendimento sobre a importância dos fatores citados acima no capital social dessas comunidades e como elas estão respondendo às mudanças causadas pelos mesmos.

Referência Bibliográfica

- ANDRADE, T., PEREIRA, C.A., ANDRADE, M.R. (Eds.) *Negros do Ribeira: reconhecimento étnico e conquista do território*. 2ª ed. São Paulo: ITESP: Páginas e Letras – Editora Gráfica, 2000.
- BIANGIONE, A., BERLANGA, M.S. *Metodologia do trabalho com as comunidades negras do Vale do Ribeira*. Eldorado, Documento de trabalho, 1999.
- CARRIL, L.F. *Terras de negros no Vale do Ribeira: territorialidade e resistência*. 1995. Dissertação (Mestrado) – FFLCH / Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
- CONKLIN, H.C. The study of shifting cultivation. *Current Anthropology*, v. 2, n. 1, p. 27-61, 1961.
- FOX, J., TRUONG, D. M., RAMBO, A. T., TUYEN, N. P., CUC, L. T., LEISZ, S. Shifting cultivation: a new old paradigm for managing tropical forest. *BioScience*, v. 50, n. 6, p. 521-528, 2000.
- METZGER, J.P. Landscape dynamics and equilibrium in areas of slash-and-burn agriculture with short and long fallow period (Bragantina region, NE Amazon). *Landscape Ecology*, v. 17, n. 5, p. 419-431, 2002.
- (Apoio financeiro: CEPID / FAPESP, CAPES e Centro Universitário SENAC-SP)